

# A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA NO BRASIL

MANOEL ORLANDO FERREIRA \*

Parece-me que, antes de mais nada, devemos procurar entender quais os conhecimentos técnicos que a lei brasileira exige do economista.

Esse problema que não teria sentido, em outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, torna-se importante, no Brasil, face a inflexibilidade da lei que regulamenta a profissão.

## EVOLUÇÃO DO ENSINO OFICIAL DA CIÊNCIA ECONÔMICA NO BRASIL

O primeiro dispositivo legal que regulamentou o ensino da economia no Brasil foi o Decreto n.º 20.158 de 30 de junho de 1931.

Segundo éle o currículo do curso de Administração e Finanças deveria ater-se rigorosamente às seguintes disciplinas:

Contabilidade de Transportes — Matemática Financeira — Geografia Econômica — Direito Constitucional — Direito Civil — Economia Política — Contabilidade Pública — Finanças e Economia Bancária — Direito Comercial e Internacional — Ciência da Administração — Legislação Consular — Psicologia Lógica e Ética — Direito Administrativo — Política Comercial em Regime Aduaneiro Comparado — História Econômica da

---

\* Do Conselho Nacional de Economia.

América e Fontes da Riqueza Nacional — Direito Industrial e Operário — Direito Internacional, Diplomacia, História dos Tratados, Correspondência Consular e Diplomática — Sociologia.

Como se vê, entre dezessete cadeiras, a lei estipulava que apenas três fôsem de teoria e política econômica, uma de administração, 6 de direito e as demais meramente auxiliares ou metodológicas.

O ensino oficial não era de molde a dar formação técnica ao economista. O "bacharelismo" que então dominava a cultura nacional teve profunda influência sobre a lei que oficializou o ensino da economia, entre nós. O resultado foi a perda total ou quase total dos investimentos feitos no setor educacional. Criou-se um bacharel que não encontrava ocupação no mercado de trabalho do profissional liberal de formação técnica, então incipiente no Brasil. Realmente, os egressos desses cursos continuaram nos seus empregos anteriores já que a formação recebida consistia numa variedade de conhecimentos heterogêneos sem qualquer núcleo central de formação tecnológica.

A segunda etapa da evolução do ensino da economia, no Brasil, inicia-se com o Decreto-Lei n.º 7.988 de 22-12-1945.

Não há dúvida de que a reforma de 1945 foi um grande passo na formação profissional. Na verdade, foi o primeiro passo pois, como vimos, o regime anterior era totalmente inadequado para a formação de um técnico.

A nova lei não apenas revolucionou totalmente o currículo como incorporou a ciência econômica ao sistema universitário brasileiro. Mas, par a par com pontos altamente positivos, o novo currículo apresentava graves defeitos.

O grande aperfeiçoamento introduzido foi a criação de um núcleo de formação técnica, inexistente, como vimos, no currículo revogado.

Nota-se, claramente, no novo programa a divisão das disciplinas relativas à teoria econômica, à política econômica e as que constituem simples instrumentos de análise.

O novo currículo sofreu grande influência da conjuntura econômica do período de entreguerras. É o que explica a ênfase dada a análise dos ciclos econômicos. Infelizmente, a rigidez do programa não permitiu que se ajustasse a formação universitária às exigências da realidade, de modo a que se pudesse alcançar uma formação universitária mais adequada às exigências do mercado incipiente da mão-de-obra especializada. Salvo raras exceções, as disciplinas visavam analisar as técnicas do comportamento do setor público. A lei, nesse período, pressupunha que o economista seria o indivíduo dotado de uma formação técnica que o capacitasse a resolver os problemas do desenvolvimento econômico. Mesmo assim, não se possuía, ainda, uma perfeita visão dos atributos essenciais que deveriam nortear a formação do economista.

Surge então uma controvérsia entre a Universidade, a CEPAL e o Conselho de Economia, no que concerne ao ensino da ciência econômica.

Não resta dúvida que o programa da CEPAL que se iniciou despretensiosamente em 1957 (?) implicava numa crítica ao currículo universitário.

No entanto, nos últimos tempos, a contribuição da CEPAL, nos debates sobre o problema da formação do economista, declinou de importância, parte por ter uma estrutura técnica limitada, parte por ter um nível técnico modesto.

O Conselho Nacional de Economia também tem um curso destinado a corrigir as distorções do ensino universitário. Seu programa, porém, não colima formar o economista. É, principalmente, um curso de análise econômica para profissionais de formação universitária.

Analisando, por exemplo, o currículo do Conselho, é lícito perguntar: Constitui ele um núcleo de conhecimentos técnicos e teóricos adequado à formação de um economista? Tem, além disso, a profundidade necessária para essa tarefa?

Eis o programa:

Matemática .....	50 horas
Estatística .....	36 horas
Econometria .....	26 horas
Pesquisa Operacional .....	30 horas

*Microeconomia*

Teoria do Consumidor — Teoria da Empresa Mercados, Custos Industriais .....	100 horas
--	-----------

*Macroeconomia*

Contabilidade Social .....	24 horas
Teoria da Renda e do Emprego .....	40 horas
Política Monetária .....	20 horas
Política Fiscal .....	15 horas
Comércio Exterior .....	60 horas
Programação Econômica .....	40 horas
Desenvolvimento Econômico .....	30 horas

A cultura nacional pode facilmente responder àquela interrogação inicial. Não resta dúvida que ele constituiu o mais forte impacto já sofrido sobre o processo do desenvolvimento da cultura técnica especializada, entre nós, quer pela extensão do currículo, quer pela sua conformidade com a demanda da mão-de-obra do mercado da produção.

Complementando êses esforços e tendo em vista as limitações institucionais do Conselho surgiram, naturalmente, outros centros mais apurados de ensino, como Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas e o da Universidade de São Paulo. A lei de diretrizes e bases da educação, permitindo a flexibilidade curricular, tende a promover uma aproximação entre os programas das universidades e êses currículos que, assim, vêm servindo de elemento de assistência técnica à formação nacional do economista. Tudo isso parece indicar que as opiniões são cada vez mais unânimes em fixar num currículo, cujo modelo foi descrito acima, a formação nuclear do economista profissional destinado ao setor público.

Entretanto, nova controvérsia se inicia atualmente sobre a definição do economista profissional. Muitos dizem que há duas áreas de atividade profissional, uma diretamente ligada ao setor público e outra de atuação no sistema empresarial. Os que distinguem êses dois campos profissionais criticam os programas do tipo do Conselho Nacional de Economia, dos Centros de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo, como inadequados. É óbvio que essa crítica também atinge o currículo da CEPAL.

Cabe então a pergunta? Que diferencia êses dois economistas? Quais os atributos de um e outro?

A dúvida procede? Ou estão querendo misturar formações diferentes?

Não seria o caso de se estar penetrando na área de formação do administrador de empresas? Que distingue o economista do administrador de empresas?

O problema se reveste de certa gravidade.

Advirta-se que a programação curricular, oriunda do regime do Decreto-Lei 7.988 (que a lei de diretrizes e bases da educação não conseguiu mudar completamente) ensejou uma inflação de estabelecimentos escolares destinados ao ensino da economia. Para aonde vão êses economistas? Que mercado de trabalho absorvê-los-á?

Criaram-se mais de 70 escolas ou faculdades de economia. Estima-se que diplomarão mais de 40 mil jovens. Não é absurdo supor que essa máquina geradora de diplomas aumente sua produtividade no futuro e que a oferta de economistas seja ainda mais estimulada.

Existem 70 escolas de economia. Supondo-se, numa estimativa extremamente baixa, que cada uma delas forme 20 economistas por ano, e considerando-se aceitável, que apenas 20% desses diplomados desejem realmente seguir a profissão, a oferta anual montaria a 280 economistas. Não existe, ao que sabemos, nenhuma pesquisa realizada no Brasil sobre a demanda de economistas.

Nada obstante, se considerarmos os empregos obtidos, até hoje, pelos egressos da Universidade do Brasil, como uma boa amostragem dessa demanda, verificaremos que os diplomados em economia, na sua imensa maioria, não encontram emprego como economistas. Os que obtiveram colocações mais ou menos afins às do economista, estando até mesmo classificados, nas empresas em que trabalham como tal, ou exercem funções de "administradores de empresas" ou são, na realidade, meros analistas de custos, função típica do contador de nível superior.

Se, baseados na análise dos empregos até hoje obtidos por êsses ex-alunos, projetarmos a demanda de economistas, veremos que, mantida a tendência observada, uma oferta de 280 economistas por ano não terá condições de ser absorvida pelo mercado.

Como se vê, é flagrante a deformação do ensino da economia no Brasil. E, o que é mais grave, essa deformação persiste através dos anos.

Como conseguir reduzi-la ou eliminá-la?

Antes de tudo, urge examinar a questão ou proposição inicial. As qualificações ou atributos de um economista são as que se encontram especificadas nos currículos tradicionais do sistema universitário brasileiro? No caso afirmativo, dever-se-ia considerar a rede escolar especializada demasiadamente vasta. Uma vez que a procura de economistas é relativamente pequena, a solução seria o Governo encerrar drasticamente vários cursos de formação de economistas, transformando-os em outros destinados a formar outros profissionais que atendessem melhor às necessidades do progresso nacional.

Acresce que a maioria das escolas, ainda as que detêm recursos abundantes procedentes do Estado, não têm condições didáticas para ministrar o ensino, por isso que desconhecem inteiramente os requisitos adequados à formação do economista além de não contarem com um corpo docente eficiente, tanto no que concerne ao conhecimento específico da matéria a lecionar, como no que diz com o regime escolar a ser cumprido.

É óbvio que qualquer programa de assistência técnica para melhorar e aumentar a produtividade do ensino há de considerar, a nosso ver, as observações descritas nesse relatório.

É bem verdade que há condições institucionais, muitas delas já estratificadas, que dificultam sobremaneira qualquer melhoria do ensino.

## PROGRAMA DE MELHORIA DE ENSINO E TREINAMENTO DE ECONOMISTAS

As medidas destinadas a dar melhor rendimento ao sistema nacional de formação de economistas poderiam ser de dois tipos: medidas a serem adotadas pela Universidade e providências a serem tomadas por organismos estranhos ao sistema oficial de ensino, que funcionariam como escolas pioneiras cujos resultados, além de merecerem análise por parte dos interessados na melhoria do padrão do ensino da economia, iriam exercer pressões no sentido de renovar o sistema tradicional. Êsses estabelecimentos não oficiais seriam objeto de uma programação geral de assistência técnica com participação de recursos do setor privado (internacional ou até nacional) e público.

Este seminário não se destina a discutir as medidas legais e institucionais que seriam necessárias para aprimorar o sistema universitário. Destarte vamos ater aos programas que seriam apreciados pelos setores interessados em fornecer assistência técnica.

Antes de formular qualquer consideração sobre tais programas cabemos perguntar: Adotado que seja, como programa padrão, quer o do Conselho Nacional de Economia, quer o do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas, ou ainda o da Comissão Econômica para a América Latina, estar-se-ia formando economistas com a capacidade técnica de que necessitamos? (Deixamo-nos de referir ao Programa do Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas, por ser um instituto de especialização).

A formação técnica do economista do setor público deve ser diferente da do setor privado? A questão parece-me importante porque, se o que se deseja é preparar homens, somente para o setor govêrno, tudo leva a crer que a deformação do mecanismo universitário nacional assume proporções intranquilizantes, quer sob o ponto de vista da estrutura didática das escolas, quer sob o ponto de vista da inflação dos estabelecimentos.

Tendo em vista as preocupações que delineamos, somos de parecer que as recomendações abaixo enumeradas, devem constituir os elementos básicos de uma estrutura de programas de assistência técnica ao processo de treinamento de economistas no Brasil.

### *1) Importância da necessidade de fortalecimento e aperfeiçoamento dos programas atuais de treinamento*

Não há dúvida de que os programas não formais, como o do Conselho Nacional de Economia, o da Fundação Getúlio Vargas, do Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas do Ministério do Planejamento e os novos Centros Regionais de Treinamento, são hoje os mais importantes núcleos de preparação profissional.

A influência desses programas sobre o mercado profissional é decisiva, e o sistema universitário já começa a se beneficiar deles. A equipe técnica de professores, a flexibilidade dos programas, a experiência das direções, sem dúvida, foram motivos de êxito. Para exemplificar o interesse dos jovens por tais programas, aos Cursos do Conselho foram solicitadas inscrições nos últimos três anos no seguinte montante: 140 em 1964, 230 em 1965 e nesse ano já foram preenchidos 140 pedidos de matrícula.

### 2) *Difusão bibliográfica*

Sem dúvida, um dos obstáculos mais sérios para a melhoria do treinamento reside na falta generalizada de livros-textos; a maior parte dos alunos tem dificuldade de trabalhar com a língua inglesa ou outra qualquer, e, no nosso julgamento, se poderia organizar um programa de tradução e financiamento de obras básicas através de indicação de um *bureau* de traduções que subvencionaria as edições, garantindo a compra de um certo número de exemplares que seria distribuído pelas Escolas.

### 3) *Preparação de líderes*

Outro programa de assistência técnica recomendável poderia ser de se organizar uma fórmula de treinamento para dirigentes de Escolas de Economia. Nota-se que um dos aspectos mais sérios do nosso sistema universitário é a existência de uma completa desarticulação na operação dos currículos. Na maioria das vezes, o Diretor da Escola não tem noção dos atributos que devem presidir à formação do economista, e assim, por incapacidade de liderar o processo didático, cada professor ministra aquilo que julga mais próprio, e que, muitas vezes, não é o mais adequado.

### 4) *Associação Cultural*

Nos últimos tempos, tem sido reclamada a constituição de uma sociedade de cultura econômica que possibilite a comunicação, entre os seus membros, de pesquisas, processos técnicos, bibliografia, trabalhos e métodos de qualquer natureza. A idéia parece-nos boa, e seria uma nova atitude diferente daquela sindical, que tão poucos resultados tem dado entre nós, em termos de progresso.

## DEBATES

O Sr. Velloso, comentando o documento de trabalho em foco, fez três observações: mostrou que a transformação de faculdades de ciências econômicas em escolas de administração pública, embora representasse uma solução, não resolveria o problema que era a razão de ser do próprio encontro: a melhoria do nível profissional dos economistas. Aprovou a inclusão, num curso de revisão, tal como o mantido pelo Conselho Nacional de Economia, de disciplinas ou técnicas complementares destinadas à capacitação do estudante para o exercício mais ou menos imediato da pro-

fissão. Acentuou, finalmente, que os cursos de revisão devem atender, além do objetivo geral da melhoria do nível de conhecimento dos economistas, a duas outras finalidades: a oferta de professores para as faculdades de ciências econômicas dos Estados mais pobres e a oferta de profissionais para atuar nas soluções dadas aos problemas regionais.

O Sr. Burger expressou seu ponto de vista de que, com a manutenção das duas escolas de pós-graduação, de quatro ou cinco núcleos regionais mantenedores de cursos de revisão, a atual mediocridade do nível de ensino de economia poderia paulatinamente vir a ser solucionado, e forneceu dados sobre a experiência sul-rio-grandense. O Sr. David Carneiro declarou seu interesse em ver cursos de revisão implantados em escolas de economia recentemente constituídas em que, por isso mesmo, o corpo docente fôsse receptivo a uma mudança de comportamento. Assinalou que a Faculdade de Economia instalada em Joinville, Santa Catarina, financiada pelos descendentes de alemães do Vale do Itajaí, seria uma entidade onde talvez se pudesse intervir tanto no campo da economia, como no da administração, realizando uma experiência-piloto sobre as providências para a melhoria do ensino.

Ao se encerrarem os debates desta segunda sessão de sábado, ficou convencionado que, na manhã seguinte, seriam comentados os dois últimos documentos de trabalho, sobre treinamento informal e pesquisa. Ficaria, assim, a parte da tarde, reservada para elaboração, pelos participantes do encontro, de um quadro contendo as principais conclusões no sentido de definir uma possível linha de ação.